



ESTADO DO PARANÁ

INDICAÇÃO LEGISLATIVA

Nº 120/2015

ENVIAR A ESTA CASA DE LEIS PROJETO DE LEI QUE: INSTITUI NO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO A "CRECHE MUNICIPAL DO IDOSO".

AUTORIA: Edson Lima

ENVIADO ÀS COMISSÕES: (em destaque).

LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO; FINANÇAS E ORÇAMENTO; MÉRITOS TEMÁTICOS;

SAÚDE, EDUCAÇÃO E SEGURANÇA PÚBLICA:

REPRESENTATIVA.

Incluído no Expediente		Em	1	I
Incluído na Ordem do Dia		Em	1	I
Pedido de Vistas		Em	1	1
1ª Discussão e Votação		Em	1	1
2ª Discussão e Votação		Em	1	I
Aprovado em Redação Final		Em	I	1
Promulgada		Em	1	1
LEI N°	Sancionada	Em	1	J
Publicada no Órgão Oficial	N°	Em	1	1

TRAMITAÇÃO

De	Para	Data	Paginas	Rubrica
		-		
				
<u></u>				
				1
				1



ESTADO DO PARANA

Rua Francisco Ferreira Albuquerque, 1488 - Telefax (44) 3518.5050 -CEP 87302.220 - Cx. Postal 450

C.N.P.J 79.869.772/0001-14

e-mail: vereadoredsonlima@cmcm.pr.,gov.br PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO

www.camaracm.com.t Protocolo N.º 120 **GABINETE VEREADOR E**

Campo Mourão. 19 1011 15 Horas 44

INDICAÇAC

Em conformidade com Artigo 128, §1º, inciso II, do Regimento Interno deste Poder Legislativo, nos termos contidos na LDO/2014, através do Programa 70 - Programa de Assistência à Infância; com sua Ação 6200: Priorização dos Direitos da Infância tendo por Objetivo - Implementar ações de proteção socio assistencial à criança e ao adolescente; Promover a inclusão social; Capacitar jovens em situação de

de crianças e adolescentes e a erradicação do trabalho infantil, INDICA a

vulnerabilidade social; Prevenir e combater a violência, o abuso e a exploração sexual

Excelentíssima Senhora Prefeita Regina Massareto Bronzel Dubay, para que envie a

esta Casa de Leis, PROJETO DE LEI com o seguinte teor:

"INSTITUI NO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO A CRECHE MUNICIPAL DO IDOSO."



ESTADO DO PARANÁ

Rua Francisco Ferreira Albuquerque, 1488 - Telefax (44) 3518.5050 -CEP 87302.220 - Cx. Postal 450

C.N.P.J 79.869.772/0001-14

e-mail: <u>vereadoredsonlima@cmcm.pr,.qov.br</u> <u>www.camaracm.com.br</u> GABINETE VEREADOR EDSON LIMA - PPS



MENSAGEM JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem com objetivo proporcionar ao idoso, e seus familiares bem estar social, melhor qualidade de vida, e melhor Integração Social.

Inúmeras vezes assistimos ao noticiário e, vemos vários acidentes com vitimas fatais, idosos que, por estarem sozinhos em casa e por possuírem mobilidade reduzida não conseguem transitar pela casa, tem dificuldades de se alimentar, se medicar e até mesmo se banhar, uma vez que estes são totais ou parciais dependentes de seus familiares.

E por isso, às famílias destes idosos deixam seus lares com os corações apertados, angustiados e sem nada que possa fazer, pois para se dedicar ao Pai, Mãe, sogros etc., são obrigados a deixarem o emprego, que às vezes é a única fonte de renda naquele lar.

É por isso que este projeto é de suma importância para o Município de Manaus, pois uma cidade em desenvolvimento não pode deixar de lado e nem desamparar aqueles que já fizeram muito pelo crescimento dessa cidade.

SALA DAS SESSÕES DO PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO,

Estado do Paraná em 13 de janeiro de 2015

EDSON LIMA VEREADOR



ESTADO DO PARANÁ

vereadoredsonlima@cmcm.pr,.gov.br www.camaracm.com.br

GABINETE VEREADOR EDSON LIMA - PPS

/2014

MINUTA DO PROJETO DE LEI N.

"INSTITUI NO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO A CRECHE MUNICIPAL DO IDOSO."

No uso das atribuições conferidas pelo Artigo 128, §1º, inciso II, do Caderno Normativo desta Casa de Leis, submetemos à apreciação do Soberano Plenário, a seguinte Indicação Legislativa:

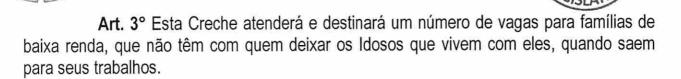
- Art. 1º Fica instituído no Município de Campo Mourão a Creches Municipais, para atender as necessidades dos Idosos.
- Art. 2° Fica a Creche determinada a atenderem Idosos, a partir de 60 anos de idade, com atendimento em horário comercial.

Parágrafo Único. A Creche Municipal do Idoso oferecerá ao beneficiário os seguintes serviços:

- I Na Área de Assistência Médica:
- a) Clinico Geral;
- b) Nutricionistas;
- c) Gerontologistas;
- d) Oftalmologistas:
- e) Psicólogos;
- f) outros profissionais da área, de acordo com necessidade especifica.
- II Na Área Educacional:
- a) Professores de educação da área de alfabetização;
- b) Professores de Artesanatos;
- c) Professores de informática.
- III área de Assistência Social;
- a) Profissional de Serviço Social;
- b) Profissional da área Jurídica;
- c) Cuidadores de Idoso.



e-mail: vereadoredsonlima@cmcm.pr.,gov.br www.camaracm.com.br GABINETE VEREADOR EDSON LIMA - PPS



- Art. 4º Poderão as empresas privadas firmar convênios com estas instituições a fim de melhorar a qualidade do atendimento.
- Art. 5° As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 6° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES DO PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO,

Estado do Paraná, em 13 de janeiro de 2015.

EDSON LIMA Vereador

A DIVISÃO LEGISLATIVA CERTIFICA

NDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 420 /2015	(smoo)
REQUERIMENTO Nº /2015.	COSLATION
QUANTO À EXISTÊNCIA DE REGISTRO DE SÚMULA NOS TERMOS DA 003/97; 019/2011 e 11/2013. SOBRE A MATÉRIA:	RESOLUÇÃO N.º
💢 não existe súmula registrada por outro Vereador sobre o assunto.	
) existe o registro de súmula de outro Vereador e CÓPIA ANEXO.	
· QUANTO À EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL OU MATERIAL DISPO MATÉRIA:	ONÍVEL SOBRE A
) Não	
) Sim, conforme anexo.	
QUANTO À PREJUDICIALIDADE:	
X) não há qualquer óbice.	
) a proposição é idêntica a outra (anexo) () Já aprovada (167, I, a RI) () Rejeitada, nesta Sessão Legisla () Já transformado em diploma legal	
) a proposição (artigo 167, inciso II) é idêntica a outra considerada inconstituciona	al pela CLR.
) Trata-se de Indicação e/ ou requerimento com a mesma ou oposta finalidade de artigo 167, inciso VI) conforme documento anexo.	outro já aprovado
QUANTO AOS QUESITOS PARA RECEBIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DA PROPO	SIÇÃO.
X) não há qualquer óbice.	
) a proposição fere o artigo 151, § 2º, inciso I, do R. I., pois não está formalizada	e em termos.
) a proposição tem conteúdo idêntico ou semelhante a proposição em tramitaçã em anexo) - art. 151, § 2º, inciso II, alínea "d", do R.I.	o - nº2012
) a proposição tem conteúdo que foi objeto de Indicação ou Requerimento apro 180 (cento e oitenta dias) (cópia anexo) - art. 151, § 2º, inciso II, alínea "e", do R	
) a proposição refere-se a objetivo/meta não incluído Plano Plurianual e Orçamentárias, vigentes – art. 128, § 2º, do R.I.	Lei de Diretrizes
Campo Mourão, ⋧0 de Janeiro de 2015.	
Marcelo Antonio Brandino Assis DIVISÃO LEGISLATIVA	



ESTADO DO PARANÁ

Rua Francisco Ferreira Albuquerque, 1488 - Telefax (44) 3518.5050 -CEP 87302.220 - Cx. Postal 450 C.N.P.J 79.869.772/0001-14

e-mail: vereadoredsonlima@cmcm.pr..gov.br www.camaracm.com.br GABINETE VEREADOR EDSON LIMA - PPS



PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO

Protocolo N.º 4834 1 2044

Campo Mourão <u>20 111 117</u> Horas 11:22

PROTOCOLISTA

PROJETO DE LEI Nº. 221 /2014.

"INSTITUI NO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO A CRECHE MUNICIPAL DO IDOSO."

No uso das atribuições conferidas pelo artigo 107, inciso I do Caderno Normativo desta Casa de Leis, submetemos à apreciação do Soberano Plenário, o seguinte **Projeto de Lei**:

- Art. 1º Fica instituído no Município de Campo Mourão a Creches Municipais, para atender as necessidades dos Idosos.
- Art. 2° Fica a Creche determinada a atenderem Idosos, a partir de 60 anos de idade, com atendimento em horário comercial.

Parágrafo Único. A Creche Municipal do Idoso oferecerá ao beneficiário os seguintes serviços:

- I Na Área de Assistência Médica:
- a) Clinico Geral;
- b) Nutricionistas;





ESTADO DO PARANÁ

Rua Francisco Ferreira Albuquerque, 1488 - Telefax (44) 3518.5050 -CEP 87302.220 - Cx. Postal 450 C.N.P.J 79.869.772/0001-14

e-mail: vereadoredsonlima@cmcm.pr.,qov.br www.camaracm.com.br GABINETE VEREADOR EDSON LIMA - PPS



- c) Gerontologistas;
- d) Oftalmologistas;
- e) Psicólogos;
- f) outros profissionais da área, de acordo com necessidade especifica.
- II Na Área Educacional:
- a) Professores de educação da área de alfabetização;
- b) Professores de Artesanatos;
- c) Professores de informática.
- III área de Assistência Social;
- a) Profissional de Serviço Social;
- b) Profissional da área Jurídica;
- c) Cuidadores de Idoso.

Art. 3° Esta Creche atenderá e destinará um número de vagas para famílias de baixa renda, que não têm com quem deixar os Idosos que vivem com eles, quando saem para seus trabalhos.

Art. 4º Poderão as empresas privadas firmar convênios com estas instituições a fim de melhorar a qualidade do atendimento.





Rua Francisco Ferreira Albuquerque, 1488 - Telefax (44) 3518.5050 -CEP 87302.220 - Cx. C.N.P.J 79.869.772/0001-14

e-mail: yereadoredsonlima@cmcm.pr..gov.br

www.camaracm.com.br GABINETE VEREADOR EDSON LIMA - PPS

Art. 5° As despesas decorrentes da execução da presente Lei co das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 6° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES DO PODER LEGIŞLATIVO DE CAMPO MOURÃO,

Estado do Paraná em 13 de novembro de 2014.





ESTADO DO PARANA

Rua Francisco Ferreira Albuquerque, 1488 - Telefax (44) 3518.5050 -CEP 87302.220 - Cx. Postal 450 C.N.P.J 79.869.772/0001-14



MENSAGEM JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº

/2014:

Senhores Vereadores:

O presente Projeto de Lei tem com objetivo proporcionar ao idoso, e seus familiares bem estar social, melhor qualidade de vida, e melhor Integração Social.

Inúmeras vezes assistimos ao noticiário e, vemos vários acidentes com vitimas fatais, idosos que, por estarem sozinhos em casa e por possuírem mobilidade reduzida não conseguem transitar pela casa, tem dificuldades de se alimentar, se medicar e até mesmo se banhar, uma vez que estes são totais ou parciais dependentes de seus familiares.

E por isso, às famílias destes idosos deixam seus lares com os corações apertados, angustiados e sem nada que possa fazer, pois para se dedicar ao Pai, Mãe, sogros etc., são obrigados a deixarem o emprego, que às vezes é a única fonte de renda naquele lar.

É por isso que este projeto é de suma importância para o Município de Manaus, pois uma cidade em desenvolvimento não pode deixar de lado e nem desamparar aqueles que já fizeram muito pelo crescimento dessa cidade.

SALA DAS SESSÕES DO PODER/LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO,

Estado do Paraná em 13 de novembro de 2014

EDSON EIMA

3 Quandos



A DIVISÃO LEGISLATIVA CERTIF

INDICAÇÃO Nº /2014

PROJETO DE LEI Nº 221 /2014.

- QUANTO À EXISTÊNCIA DE REGISTRO DE SÚMULA NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO N.º 003/97; 019/2011 e 11/2013. SOBRE A MATÉRIA:
(🔀) não existe súmula registrada por outro Vereador sobre o assunto.
() existe o registro de súmula de outro Vereador e CÓPIA ANEXO.
- QUANTO À EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL OU MATERIAL DISPONÍVEL SOBRE A MATÉRIA:
() Não
() Sim, conforme anexo.
- QUANTO À PREJUDICIALIDADE:
(X) não há qualquer óbice.
() a proposição é idêntica a outra (anexo) () Já aprovada (167, l, a RI) () Rejeitada, nesta Sessão Legislativa (167,l, b) () Já transformado em diploma legal (167,l,C)
() a proposição (artigo 167, inciso II) é idêntica a outra considerada inconstitucional pela CLR.
() Trata-se de Indicação e/ ou requerimento com a mesma ou oposta finalidade de outro já aprovado (artigo 167, inciso VI) conforme documento anexo.
- QUANTO AOS QUESITOS PARA RECEBIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DA PROPOSIÇÃO.
(X) não há qualquer óbice.
() a proposição fere o artigo 151, § 2º, inciso I, do R. I., pois não está formalizada e em termos.
() a proposição tem conteúdo idêntico ou semelhante a proposição em tramitação - nº2012 (em anexo) - art. 151, § 2º, inciso II, alínea "d", do R.I.
() a proposição tem conteúdo que foi objeto de Indicação ou Requerimento aprovados nos últimos 180 (cento e oitenta dias) (cópia anexo) - art. 151, § 2º, inciso II, alínea "e", do R.I.
() a proposição refere-se a objetivo/meta não incluído Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias, vigentes – art. 128, § 2º, do R.I.
Campo Mourão, ♀️ de Novembro de 2014.
Marceld Antonio Brandino Assis DIVISÃO LEGISLATIVA

MABA



Prezado Senhor,

PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO

ESTADO DO PARANA

Rua Francisco Ferreira Albuquerque, 1488 - Telefax (44) 3518.5050 -CEP 87302.2284 C.N.P.J 79.869.772/0001-14

e-mail: legislativomunicipal@camaracm.com.br www.camaracm.com.br GABINETE VEREADOR EDSON LIMA - PPS

REDSON LIMA - PPS

Campo Mourão, em 30 de outubro de 2014

PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO

Protocolo N.º <u>495</u> 12014 Campo Mourão <u>30 140 114</u> Horas <u>11:06</u>

PROTOCOLISTA

Nos termos da legislação em vigor registramos a súmula da proposição que segue:

PROJETO DE LEI: "INSTITUI NO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO A CRECHE MUNICIPAL DO IDOSO".

Atenciosamente,

EDSON LIMA VEREADOR



A DIVISÃO LEGISLATIVA CERTIFICA

INDICAÇÃO Nº /2014

SÚMULA Nº 195 /2014.



QUANTO À EXISTÊNCIA DE REGISTRO DE SÚMULA NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO N.º 003/97; 019/2011 e 11/2013. SOBRE A MATÉRIA: (X) não existe súmula registrada por outro Vereador sobre o assunto. () existe o registro de súmula de outro Vereador e CÓPIA ANEXO. - QUANTO À EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL OU MATERIAL DISPONÍVEL SOBRE A MATÉRIA: () Não) Sim, conforme anexo. - QUANTO À PREJUDICIALIDADE: (X) não há qualquer óbice. () Já aprovada (167, I, a RI) () a proposição é idêntica a outra (anexo) () Rejeitada, nesta Sessão Legislativa (167,I, b) () Já transformado em diploma legal (167,I,C) () a proposição (artigo 167, inciso II) é idêntica a outra considerada inconstitucional pela CLR. () Trata-se de Indicação e/ ou requerimento com a mesma ou oposta finalidade de outro já aprovado (artigo 167, inciso VI) conforme documento anexo. - QUANTO AOS QUESITOS PARA RECEBIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DA PROPOSIÇÃO. (X) não há qualquer óbice. () a proposição fere o artigo 151, § 2º, inciso I, do R. I., pois não está formalizada e em termos. () a proposição tem conteúdo idêntico ou semelhante a proposição em tramitação - nº..........2012 (em anexo) - art. 151, § 2°, inciso II, alínea "d", do R.I.) a proposição tem conteúdo que foi objeto de Indicação ou Requerimento aprovados nos últimos 180 (cento e oitenta dias) (cópia anexo) - art. 151, § 2º, inciso II, alínea "e", do R.I. () a proposição refere-se a objetivo/meta não incluído Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias, vigentes - art. 128, § 2º, do R.I.

Campo Mourão, 31 de Outubro de 2014.

Warcelo Antonio Brandino Assis
DIVISÃO LEGISLATIVA



PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO ESTADO DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE CONTROLE LEGISLATIVO E ARQUINITA

O DEPARTAMENTO DE CONTROLE LESISLATIVO E ARQUIVO HISTÓRICO CERTIFICA:

Proposição: Súmula nº 195/2014 - Edson Lima

"PROJETO DE LEI: INSTITUI NO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO A CRECHE MUNICIPAL DO IDOSO."

- QUANTO À EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL OU MATERIAL DISPONÍVEL SOBRE A MATÉRIA:

- () Não
- (X) Sim (Legislação em Anexo)
- Lei Complementar 015/2006 Institui o Código de Saúde de Campo Mourão e da outras providências. (Seção IV Saúde do idoso)
- Lei 2482/2009 Altera e acrescenta dispositivo na Lei nº. 1793, de 1º de abril de 2004, dispondo sobre o Estatuto Municipal do Idoso e respectivo Conselho Municipal. (Capítulo II; Seção I; Subseção I Na área da assistência social)

- QUANTO À PREJUDICIALIDADE:

- () NENHUM ÓBICE QUANTO A TRAMITAÇÃO.
- () Já aprovada (167, I, a RI)
- () Rejeitada, nesta Sessão Legislativa (167,I, b)
- () Já transformado "integralmente" em diploma legal (167,I,C), necessitando de análise Jurídica.
- (X) Já transformado "parcialmente" em diploma legal (167,I,C), necessitando de análise Jurídica.
- () A proposição (artigo 167, inciso II) é idêntica a outra considerada inconstitucional pela CLR.

Campo Mourão, 03 de novembro de 2014.

Departamento de Controle Legislativo e Arquivo Histórico

PUBLICADO NO ÓRGÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO № 1039/2006 DE 01/12/2006

LEI COMPLEMENTAR N° 015/2006

De 29 de novembro de 2006

Institui o Código de Saúde de Campo Mourão e da outras providências.

SEÇÃO IV SAÚDE DO IDOSO

Artigo 151. A atenção à saúde do idoso compreende as ações individuais e coletivas desenvolvidas pêlos serviços de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde e incluirão:

- I prolongamento da vida ativa, autônoma e independente, vinculada a família e a comunidade, propiciando e potencializando sua participação no viver cotidiano;
- II avaliações periódicas com o intuito de promover a saúde, prevenir doenças ou complicações e postergar o surgimento de incapacidade, além das ações de reabilitação;
- III garantia de acesso a serviços especializados e/ou multidisciplinares, assim como de internamento;
- IV facilidade de acesso aos serviços de atendimento à população idosa através de readequação da rede física;
- V estimulo a criação de centros de convivência e hospitaisdia para o idoso com acompanhamento de pessoal treinado, como alternativa ao asilamento.

da FSL JO

PUBLICADO NO ÓRGÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO № 1312/2009 LEIN° 2482 De 4 de setembro de 2009

DE //2009

Altera e acrescenta dispositivo na Lei nº. 1793, de 10 de abril de 2004, dispondo sobre o Estatuto Municipal do Idoso e respectivo Conselho Municipal.

O PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO, Estado do Paraná, aprova e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

LEI:

CAPÍTULO II SERVIÇOS E POLÍTICAS DE ATENDIMENTO

Seção I Dos Princípios e Diretrizes

Subseção I Na Área da Assistência Social

Art. 5º São ações e procedimentos, conforme as especificações seguintes:

- I estimular o funcionamento de serviços e ações que atendam as necessidades básicas do idoso, com a participação de suas famílias e das entidades governamentais e não governamentais;
- II identificar processos alternativos de atenção ao idoso desabrigado e sem parentes, que lhe proporcionem cobertura quanto a alojamento, alimentação e saúde;
- III promover cursos, seminários e encontros que ajudem a esclarecer, orientar e formar pessoal capacitado a trabalhar com a pessoa idosa, em serviços, obras, igrejas, sindicatos, sociedades de trabalho e outros setores interessados na questão;
- IV capacitar e preparar cuidadores de idosos, para atender particularmente em domicílios, onde familiares não estejam aptos ou tenham de se ausentar por motivo de trabalho, ou outros motivos relevantes;
- V planejar, coordenar e supervisionar estudos, levantamentos de situações, pesquisas e publicações sobre as condições do idoso na comunidade, estimulando parcerias que permitam concretizar essas medidas;

Lei nº 2.482/2009







VI - cadastrar os idosos usuários da Assistência Social e realizar estudo sócio econômico sistemático, averiguando aspectos como: renda, condições de moradia, saúde, convivência familiar e comunitária, lazer e outros;

VII - propor ações individuais e coletivas que venham de encontro às reais necessidades dessa população, mediante ao estudo realizado;

VIII - criar e incentivar o funcionamento de Centros de Convivência do Idoso, Centros Dia, Casas-Lares, Repúblicas, Centros de Múltiplo Uso, para idosos privados da convivência familiar quer seja durante o dia somente, ou por tempo integral;

IX - promover campanhas, através dos veículos de comunicação, visando esclarecer à população sobre aspectos da velhice e sugestões para um envelhecimento saudável, bem como sobre os serviços oferecidos no município;

X - estimular e apoiar a criação de organizações não governamentais que prestem atendimento, integral, parcial ou de defesa dos direitos do idoso;

XI - confeccionar carteirinha de idoso com idade acima de 60 (sessenta) e abaixo de 65 (sessenta e cinco) anos, cuja renda familiar não ultrapasse 01 (um) salário mínimo, para utilização do transporte coletivo urbano gratuitamente;

XII - estabelecer a forma de participação do idoso no custeio de entidades filantrópicas, como entidades de atendimento, facultativamente, não podendo exceder de 70% (setenta por cento) de qualquer beneficio previdenciário ou de assistência social, percebido por ele, podendo essa atividade ser exercida pelo Conselho Municipal da Assistência Social, enquanto não puder ser pelo Conselho Municipal do Idoso.

- **Art. 6º** A assistência social promoverá meios para subsistência do idoso que não tenha condições econômicas, ou não as tenha sua família, com mais de 65 (sessenta e cinco) anos de idade, mediante sindicância que o comprove.
- § 1º O Conselho Municipal do Idoso proporá parcerias com demais órgãos da administração municipal, ou entre eles, bem como com entidades externas, objetivando a realização da Política Municipal do Idoso.
- § 2º Os órgãos públicos municipais executarão, incentivarão ou apoiarão programas ou atividades que dependam de esforços conjuntos, entre eles ou deles com outras esferas administrativas ou organizações não governamentais.



Art. 7º Será promovida a implantação do Projeto Famela Acolhedora, identificando e capacitando famílias que, recebendo um benefícias disponham-se a prestar a devida assistência, em casos de inexistência de vagas em asilo a idosos desabrigados e sem parentes que lhes devam prestar essas assistência.

PAÇO MUNICIPAL "10 DE OUTUBRO" Campo Mourão, 4 de setembro de 2009

> Nelson José Tureck Prefeito Municipal

José Luiz Gurgel Procurador-Geral

Marla Aparecida Tureck Diniz Secretária da Ação Social





Da Presidência da Câmara, Ao Departamento de Assuntos Legislativos - DAL

Envie a Súmula nº 195/2014, de autoria do Vereador Edson Lima, protocolizada em 30 do fluente, à Diretoria Jurídica para manifestação.

Campo Mourão, 05 de novembro de 2014.

Presidente

ormno Machado



ESTADO DO PARANÁ

<u>Rua Francisco Ferreira Albuquerque, 1.488 - Telefone (44) 3518-5050 - CEP 87302-220</u> C.N.P.J 79.869.772/0001-14

e-mail: legislativomunicipal@cmcm.pr.gov.br

www.cmcm.pr.gov.br

DIRETORIA JURÍDICA

FSL JEGGERTANO FSL JEGGERTANO

PARECER Nº. 990 /2014

Ref.: SÚMULA Nº. 195/2014

ORIGEM: VEREADOR EDSON LIMA

Senhor Presidente,

Atendendo Vossa determinação e considerando a competência atribuída a este órgão pelos artigos 18 da Resolução nº. 32/92 e 31 do Regimento Interno desta Casa de Leis, cabe aduzir o que segue.

PROTOCOLO N.º 2749 / 2014
CAMPO MOURÃO, OF /11/14 HORA 14:33

EDU TO DE CAMPO MOURÃO, OF /11/14 HORA 14:33

PROTOCOLISTA



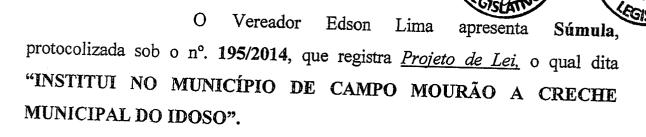
ESTADO DO PARANÁ

Rua Francisco Ferreira Albuquerque, 1.488 - Telefone (44) 3518-5050 - CEP 8

C.N.P.J 79.869.772/0001-14

e-mail: legislativomunicipal@cmcm.pr.gov.br www.cmcm.pr.gov.br

I - DO RELATÓRIO



A Súmula em epígrafe foi protocolizada no dia 30 de outubro de 2014.

A Divisão Legislativa certificou, em 31 de outubro de 2014, a inexistência de súmula registrada sobre a matéria.

O Departamento de Controle Legislativo e Arquivo Histórico certificou, em 03 de novembro de 2014, a existência da Lei Complementar nº 015/2006 e Lei nº 2482/2009.

Em 06 de novembro do corrente exercício, a Súmula em comento foi encaminhada esta Diretoria a Jurídica.

É a síntese do essencial.

II - DO MÉRITO

A Súmula requer registro do referido Projeto de Lei.



ESTADO DO PARANÁ Rua Francisco Ferreira Albuquerque, 1.488 - Telefone (44) 3518-5050 C.N.P.J 79.869.772/0001-14

e-mail: legislativomunicipal@cmcm.pr.gov

www.cmcm.pr.gov.br

No tocante a posterior apresentação legislativas, cabe ressaltar os prazos previstos nos artigos 2º e 3º da Resoluç n°. 11/13, a qual dispõe sobre o registro de Súmulas.

Deve-se observar a legislação certificada, para que não haja conflito de objeto.

Entretanto, não se vislumbram prejudicialidades.

III - DA CONCLUSÃO

EX POSITIS, está Diretoria Jurídica se manifesta favorável à apresentação da presente Súmula.

É o parecer, sub censura. Ressalvada a análise de mérito dos Nobres Edis.

Campo Mourão (PR), 07 de novembro de 2014.

Where Takarada Ulisses Lima Takarada

Procurador Jurídico OAB/PR 59.148



Da Presidência da Câmara, Ao Departamento de Assuntos Legislativos - DAL



- 01- No Parecer nº 990/2014, protocolizado sob nº 2749/2014 em 07 do fluente, a Diretoria Jurídica se manifesta favorável, à apresentação da Súmula nº 195/2014 de autoria do Vereador Edson Lima.
- 02- Cientifique o Autor para que observe os prazos nos artigos 2º e 3º da Resolução 11/13.

Sala Vereador Paulo Roberto Merlin Ribas, 10 de novembro de 2014.

Presidente

Igo/2014.1011.06.2749.E





Da Presidência da Câmara, Ao Departamento de Assuntos Legislativos - DAL

01- Registro minha ciência ao Projeto de Lei nº 221/2014, de autoria do Vereador Edson Lima, protocolizado sob nº 1834/2014 em 20 do fluente, que "Institui no Município de Campo Mourão a "Creche Municipal do Idoso".

02- Ante o exposto, inclua na próxima Sessão para conhecimento do Soberano Plenário.

03- Após conhecimento do plenário, encaminhe à DIJUR para manifestação.

Sala Vereador Paulo Roberto Merlin Ribas, 28 de novembro de 2014.

Presidente

lgo/2014.2811.24.1834.M



PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃ ESTADO DO PARANÁ

<u>Rua Francisco Ferreira Albuquerque. 1.488 - Telefone (44) 3518-5050 - CEP 87302-220</u> C.N.P.J 79.869.772/0001-14

e-mail: legislativomunicipal@cmcm..pr.gov.br www.cmcm.pr.gov.br

DIRETORIA JURÍDICA

PARECER N°. 4/30 /2014

REF: PROJETO DE LEI Nº. 221/2014 ORIGEM: VEREADOR EDSON LIMA

Senhor Presidente,

Atendendo a Vossa Determinação e considerando a competência atribuída a este órgão pelos artigos 18, caput, bem como seu § 2°, V da Resolução n°. 32/92, com redação dada pela Resolução n° 07/2011, e artigo 31 do Regimento Interno desta Casa de Leis, cabe aduzir o que segue:

PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO PROTOCOLO N.º 3190 / 2014 CAMPO MOURÃO 12/12/14 HORAIS: 12 Adilmo Ol WULA

Key



I - RELATÓRIO

O Vereador Edson Lima propõe Projeto de Lei sob nº 221/2014, protocolizado sob o nº. 1834/2014, exposto em 06 (seis) artigos, que "INSTITUI NO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO A 'CRECHE MUNICIPAL DO IDOSO'".

A proposição faz-se acompanhar de justificativa conforme preceito regimental.

A proposição foi protocolizada em 20 de novembro de 2014 e incluída no Expediente da 39ª Sessão Ordinária realizada em 08 de dezembro de 2014, para anúncio e conhecimento do Plenário.

A Divisão Legislativa certificou, em 24 de novembro do corrente exercício, a inexistência de Súmula registrada por outro Vereador sobre o assunto e, quanto à prejudicialidade e aos quesitos para recebimento e distribuição da proposição, que não havia qualquer óbice.

O Departamento de Controle Legislativo e Arquivo Histórico certificou a inexistência de legislação correlata.

Aludido Projeto de Lei foi recebido por esta Diretoria Jurídica em data de 09 de dezembro do exercício vigente e fez-se acompanhar de Mensagem Justificativa, conforme preceito regimental.

É a síntese do essencial.



II - DO PARECER

A iniciativa objetiva proporcionar ao idoso, e seus familiares bem estar social, melhor qualidade de vida, e melhor Integração Social.

Em suma, os arts. 1° a 3° do *Projeto de Lei* sob exame, institui no Município de Campo Mourão Creches Municipais, para atender as necessidades dos idosos, a partir de 60 anos de idade, em horário comercial, oferecendo os serviços públicos ali mencionados, notadamente para famílias de baixa renda.

Por sua vez, o art. 4° do *Projeto de Lei* em epígrafe determinam que poderão as empresas privadas firmar convênios com as creches, para melhorar a qualidade do atendimento..

Por derradeiro, o art. 5° do *Projeto de Lei* ora examinado reza que as despesas decorrentes correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Oportuno salientar, inicialmente, que os Poderes Executivo e Legislativo devem respeito ao princípio da separação e harmonia dos poderes - sistema de freios e contrapesos - previstos no artigo. 2°, da Constituição Federal.

Nessa esteira, as disposições do aludica de Leita atribuem funções, planos, programas e encargos ao Poder Executivo Municipal, invadindo, consequentemente, a esfera de atuação de seus órgãos.

É de ser observado, ainda, que, caso aprovado, a aplicação deste *Projeto de Lei* implicará em inevitável aumento de despesa no Orçamento Público, o que é vedado pelo *artigo 31 da Lei Orgânica do Município, o qual* estabelece que não será admitido aumento de despesa prevista nos projetos de iniciativa exclusiva do(a) Prefeito(a) Municipal.

Logo, a matéria disposta no aludido *Projeto de Lei* deveria ter sido apresentada na forma de Indicação Legislativa, prevista pelo § 1°, inciso II do artigo 128 do Regimento Interno, sob pena de ofensa ao princípio da separação e harmonia entre os Poderes.

Quanto ao tramite, referido Projeto de Lei deve ser enviado para análise das Comissões Permanentes de Legislação e Redação (artigo 39, inciso I, do Regimento Interno) Finanças e Orçamentos (art. 40, inciso I, alínea "f" do Regimento Interno) Méritos Temáticos (artigo 41, inciso I, alíneas "a", "c", "o", "v", do Regimento Interno) e Saúde, Educação e Segurança Pública (artigo 43-B, inciso I, do Regimento Interno).

Por fim, o quórum para a aprovação é de maioria simples, com fincas no § 3°, artigo 20 do Regimento Interno desta Casa de Leis, presentes a maioria absoluta de seus membros.





III - DA CONCLUSÃO:

EX POSITIS, esta Diretoria Jurídica orienta a conversão do Projeto de Lei n.º 221/2014, em Indicação Legislativa (§ 1º inciso II do artigo 128 do RI), a fim de sanar o vício de iniciativa; na forma do artigo 151, § 2º, II, "a" e "c", do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Caso esta orientação não seja acatada, esta Diretoria Jurídica se manifesta contrária à tramitação do Projeto de Lei em questão, por ser inconstitucional, inorgânico e antirregimental.

É o parecer sub censura, ressalvada, todavia, a análise dos nobres Edis.

Campo Mourão (PR), 12 de dezembro de 2014.

Sidney Kendy Matsuguma

Procurador Jurídico OAB/PR 56.500

Doc. Anexo Projeto de Lei 221/2014.





Da Presidência da Câmara, Ao Departamento de Assuntos Legislativos - DAL

- O1- Registro minha ciência ao Parecer Jurídico nº 1170/2014, protocolizado sob nº 3190/2014 em 12 do fluente, a qual se manifesta de forma que o Projeto de Lei nº 221/2014, de autoria do Vereador Edson Lima, que "Institui no Município de Campo Mourão a "Creche Municipal do Idoso", seja transformado em Indicação Legislativa (§1º inciso II do artigo 128 do RI), a fim de sanar o vício de forma do artigo 161, § 2º, II, "a" e "c", do Regimento Interno desta Casa de leis.
- 02- Caso a sugestão não seja acatada, a DIJUR manifestase contrária à tramitação do Projeto de Lei em tela, por ser inconstitucional. inorgânico e antirregimental.
 - 03- Ante o exposto, encaminhe ao Vereador Autor.

Sala Vereador Paulo Roberto Merlin Ribas, 15 de dezembro de 2014.

Presidente



ESTADO DO PARANÁ

Rua Francisco Ferreira Albuquerque, 1488 - Telefone (44) 3518-5050 - CEP 8732-220 C.N.P.J 79.869.772/0001-14

e-mail: legislativomunicipal@cmcm.pr.gov.br www.cmcm.pr.gov.br

DIRETORIA JURÍDICA

Ao DAL.

Cominherse ao anto pora

Fine do no montro fore

tiva, e apos, inches no rotario fore

contecimento do Remário.

10, 20/01/015

DE: DIRETORIA JURÍDICA

PARA: PRESIDÊNCIA

PARECER N°. 65 /2015

REF: INDICAÇÃO LEGISLATIVA N.º 120/2015

ORIGEM: VEREADOR EDSON LIMA

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Atendendo a Determinação da Presidência e considerando a competência atribuída a este órgão pelos artigos 18, caput, bem como seu § 2°, V da Resolução n°. 32/92, com redação dada pela Resolução n° 07/2011, e 31 do Regimento Interno desta Casa de Leis, cabe aduzir o que segue:

PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO

CAMPO MOURÃO, 29/01/15HORA

PROTOCOLISTA

I – DO RELATÓRIO

Chega a esta Diretoria Jurídica Indicação Legislativa n.º 120/2015, da lavra do Vereador Edson Lima, que "INSTITUI NO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO A 'CRECHE MUNICIPAL DO IDOSO".

A proposição fez-se acompanhar de justificativa; conforme preceito regimental.

A Divisão Legislativa certificou, em 20 de janeiro de 2015, a inexistência de Súmula registrada por outro Vereador sobre o assunto e quanto à prejudicialidade e aos quesitos para recebimento e distribuição da proposição, que não havia qualquer óbice.

O Departamento de Controle Legislativo e Arquivo Histórico certificou, em 03 de novembro de 2014, a existência da Lei Complementar nº. 15/2006 e Lei ordinária nº. 2482/2009, que alterou e acrescentou dispositivo da Lei ordinária nº. 1793/2004.

Em 28 de janeiro do corrente exercício, a proposição em comento foi encaminhada a esta Diretoria a Jurídica.

É a síntese do essencial.

II – DO MÉRITO

De fato, conforme mensagem de justificativa do Ilustre Vereador Edson Lima, a proposição em comento tem por escopo instituir a "Creche do Idoso", com intuito de "proporcionar aos Idosos e seus familiares bem estar social, melhor qualidade de vida, e melhor Integração Social".

Trata-se, pois, de matéria cuja competência é reservada ao Poder Executivo Municipal, o que se adequa perfeitamente à proposição mediante bolo Indicação Legislativa.

Dito isso, analisando a Minuta do Projeto de Lei em questão, pode-se observar que não há prejudicialidade no tramite da proposição.

Certifica-se não haver óbice à tramitação da Indicação Legislativa em tela, não se afigurando qualquer inconstitucionalidade, ilegalidade, ou desrespeito aos preceitos regimentais desta Casa de Leis.

Apenas se faz necessária correção na mensagem de justificativa, onde consta que o projeto é de suma importância para o Município de Manaus.

III - DA CONCLUSÃO:

EXPOSITIS, esta Diretoria Jurídica se manifesta favorável à tramitação da Indicação Legislativa nº. 120/2015, desde que corrigida a incoerência acima apontada.

É o parecer, sub censura. Ressalvada, todavia, a análise de mérito dos Nobres Edis.

Campo Mourão (PR), 28 de janeiro de 2015.

Sidney Kendy Matsuguma

Procurador Jurídico OAB/PR 56.500 Da: C.A.L/Joicy

Para: DCLAH/Juliana



Senhora Chefe,

Encaminho a Indicação Legislativa nº 120/2015 de autoria do Vereador Edson Lima para arquivo conforme preceitua o Artigo 106 do Regimento Interno.

C.A.L, 18/05/2017,

Joicy de Oliveira